



Ata de Reunião

Código:

FOR-DIGES-004-04
(V.00)

Ata de Reunião do Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção às pessoas em situação de rua - COMMI

Pauta: Planejamento de execução do Plano de Trabalho para 2025

Dia: 19/05/2025

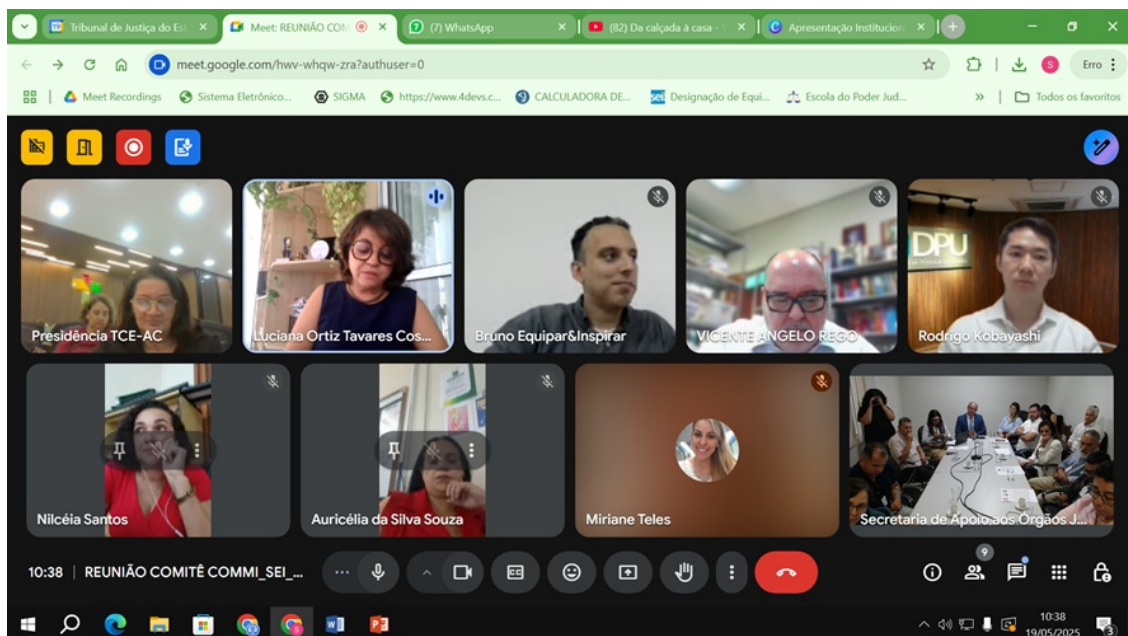
Horário: 09h

Local: Sala de Reuniões (2º andar)

Link: <https://drive.google.com/file/d/1Jw8qEKD4LoFs8c2ug6znEUXRAK4u8VoF/view?usp=sharing>

Print's de imagens da reunião





Deliberação

ABERTURA: No dia 19/05/2025 a Secretária do Comitê COMMI, Adalcilene Pinheiro Araripe, deu início à gravação da Reunião híbrida (presencial e virtual) do Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para a promoção de políticas públicas judiciais de atenção às pessoas em situação de rua-COMMI. Após fazer o registro dos **PARTICIPANTES** abaixo nominados, fez uso da palavra o **Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do COMMI, Doutor Giordane Dourado** que conduziu os trabalhos e agradeceu a presença de todos, incluindo membros do comitê e convidados especiais. Informou que a **PAUTA** da reunião visa colocar em ação o Plano de Trabalho para 2025, com foco na criação de uma rede interinstitucional de assistência. Em continuidade, expressou pesar pelo falecimento do servidor Wanderley Nogueira, mas reforçou a importância de continuar o trabalho em sua homenagem. A Conselheira Dulce Benício foi reconhecida pelo seu entusiasmo com a causa

das pessoas em situação de rua, com a Presidência TCE-AC manifestando apoio. O Dr. Giordane agradeceu a Dra. Andreia Brito pelo trabalho na área e por articular a presença dos convidados especiais (00:19:14). Com a palavra a **Dra. Andreia Brito** agradeceu a participação de todos, especialmente da Juíza Federal Luciana Ortiz (TRF-3), do Dr. Bruno de Almeida Carlos, Presidente da Associação Beneficente Comunitária do Povo (ABCP-SP) e da Conselheira Dulce Benício (00:14:39) (00:20:07). Em linhas gerais, a reunião do comitê COMMI contou com a participação de diversos representantes, incluindo Dra. Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, Juíza Federal (TRF) Bruno da ABCP-SP, Rudson do MAPSIR, João Marcos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, Flávia da Defensoria Pública, Álvaro Mendes da Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado, Presidência TCE-AC e a Conselheira Ana Lu, que discutiram a implementação de uma rede interinstitucional para pessoas em situação de rua e ouviram a apresentação da metodologia da BCP e as demandas do MAPS. Foi criada uma força-tarefa para desenvolver uma plataforma de assistência, com primeira reunião agendada, e a próxima reunião do comitê também foi marcada para dar seguimento ao plano de trabalho. **Foram abordados os principais pontos:**

a) Apresentação da Metodologia da ABCP-SP- o Dr. Bruno de Almeida Carlos, Presidente da Associação Beneficente Comunitária do Povo (ABCP-SP), apresentou a metodologia dos "4 As" (Abordagem, Acolhimento, Despertar, Transformar) para a reinserção social e produtiva de pessoas em situação de rua em São Paulo (00:31:54). Ele compartilhou dados sobre o perfil das pessoas atendidas e os motivos que as levam a essa situação (00:29:22). Explicou que a BCP realiza abordagens semanais nas ruas, oferece acolhimento com diversos serviços em sua sede, encaminha para casas de acolhimento por um período de cerca de 16 meses, e trabalha na desintoxicação, desenvolvimento de habilidades e reinserção no mercado de trabalho (00:34:43) (00:39:49). Ele destacou a importância do relacionamento personalizado e do apoio contínuo para o sucesso da autonomia (00:44:42). Mencionou que a ABCP tem uma taxa de êxito de cerca de 72% na saída das pessoas da situação de rua e que alguns acolhidos conseguiram comprar casas e carros (00:38:33). Ele também falou sobre parcerias com instituições como o Banco BTG para educação financeira e outras empresas para mobiliar as novas residências (00:39:49). A Experiência da ABCP e Modelo dos 4 "As" em São Paulo foi apresentada como inspiradora para o Acre (02:40:13) (02:48:07).

b) Perspectiva do Conselho Nacional de Justiça- A Juíza Federal Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni, Coordenadora do Comitê Nacional Pop Rua JUD do Conselho Nacional de Justiça, parabenizou o Dr. Giordani e a Drª. Andreia Brito pelo trabalho (00:48:25). Ela elogiou a visão emancipatória do trabalho da ABCP-SP (00:49:38) e apresentou a perspectiva do CNJ sobre a política de atenção às pessoas em situação de rua, baseada na Resolução 425 (00:51:08). **Foco na Construção de Redes Interinstitucionais-** enfatizou a importância da construção de redes interinstitucionais antes da realização de mutirões, para um diagnóstico eficaz das necessidades e um atendimento fortalecido. Ela mencionou a obrigatoriedade da formação dessas redes nos tribunais, conforme a revisão da Resolução 425 (00:56:40). O CNJ trabalha em diversos níveis, buscando soluções estruturais e facilitando o acesso à cidadania e à justiça para essa população (00:58:22). **Visão Emancipatória e Trabalho em Rede-** enfatizou a importância de uma visão emancipatória para as pessoas em situação de rua, defendendo fluxos permanentes de atendimento conectados com trabalhos locais. Ela mencionou a criação de comitês da rede e mutirões como aprendizado, mas o foco deve ser a conexão contínua entre órgãos para resolver questões de cidadania e acesso à justiça, exemplificando com a iniciativa da BCP (00:59:55). Apresentou uma plataforma digital interinstitucional em desenvolvimento em Alagoas como um modelo para conectar diversos órgãos e resolver questões, inclusive jurídicas, de forma desburocratizada, evitando que as pessoas precisem percorrer vários locais para obter documentos (01:01:52). **Superação da Visão Assistencialista-** criticou a visão puramente assistencialista de controle de corpos, focada em abrigos com regras rígidas que inviabilizam a empregabilidade. Ela defendeu um acolhimento digno, mas ressaltou a necessidade de políticas estruturantes para tirar as pessoas da situação de rua, alinhada com a posição emancipatória do Conselho Nacional de Justiça (01:03:20). Destacou projetos em rede com processos rápidos para acesso à documentação e ao CAD único, além do esforço do conselheiro Pablo em empregabilidade e moradia (01:05:08). **Projetos Estruturantes e Prevenção da Situação de Rua-** mencionou um projeto com o Ministério da Justiça para identificar pessoas com risco de situação de rua durante o cumprimento de pena, oferecendo aluguel social e empregabilidade para evitar que vão para as ruas após a saída do sistema prisional (01:06:49). Ela enfatizou a importância de identificar as causas da situação de rua e prevenir essa situação, além de oferecer portas de saída. Reforçou que a atuação em rede interinstitucional deve ser horizontal, com

o judiciário atuando quando a política administrativa falha, garantindo o acesso à justiça e o exercício da cidadania (01:08:40). Atuação Nacional e Local em Parceria - destacou a necessidade de fortalecer redes em nível nacional e regional, trabalhando com diversos órgãos para criar protocolos conjuntos (01:10:35). Mencionou a luta em nível nacional que resultou na destinação de parte do Minha Casa, Minha Vida para pessoas em situação de rua, enfatizando que moradia é fundamental para resolver essa questão (01:13:29). Ressaltou a importância de criar fluxos permanentes de atendimento e superar a burocracia, buscando um trabalho conjunto e emancipatório (01:12:04). Desafios na Expedição de Documentos- relatou a dificuldade na expedição de certidões de nascimento, um desafio persistente devido à cobrança e exigência frequente do documento. Ela informou que a questão foi levada ao corregedor nacional para inspeções mais contundentes e que há um projeto de lei em tramitação para garantir a gratuidade (01:16:13). Expressou confiança no avanço da expedição de certidões pela plataforma digital, facilitando a obtenção de outros documentos e a identificação para o acesso à rede de atendimento (01:18:09). Projeto Cidadão do Acre e Plataforma Integrativa- O Dr. Giordane Dourado informou que o Acre já realiza um trabalho semelhante há 30 anos com o Projeto Cidadão, expedindo certidões de nascimento, RG e outros documentos necessários (01:18:09) e manifestou interesse em conhecer a experiência da plataforma de Alagoas, pois a ideia local é criar uma plataforma integrativa para atendimento em rede (01:15:04). A Presidência TCE-AC também demonstrou conhecimento e entusiasmo pelo Projeto Cidadão do Acre e pelas causas sociais (01:19:27).

c) Participação e Apoio do Tribunal de Contas do Acre (TCE-AC) - A Presidente do Tribunal de Contas, Conselheira Dulce Benício, expressou pesar pelo falecimento de um servidor do judiciário e parabenizou a equipe do programa (01:20:34). A Presidência informou que o TCE-AC criou uma instrução normativa prevendo que 5% das pessoas contratadas sejam mulheres vítimas de violência, egressos do sistema prisional e pessoas em situação de rua (01:21:30) (01:42:35). O Tribunal planeja pactuar essa política de acolhimento com os prefeitos, alinhado com a Agenda 2030, e já disponibilizou a escola do tribunal para ajudar no programa (01:21:30) (01:25:22). Iniciativas do TCE-AC e Desafios Municipais- A Presidente do Tribunal de Contas (TCE-AC) mencionou a participação do tribunal na Central de Penas Alternativas (CEPAL), com resultados positivos na reinserção social (01:24:14). Manifestou preocupação com a situação de pessoas em situação de rua em Brasileia, agravada pelo uso de drogas e o movimento transfronteiriço para Cobija (01:30:04), juntamente com a Conselheira Naluh Gouveia expressaram o desejo de integrar o projeto e indicaram o secretário executivo do tribunal, um sociólogo, para representar a instituição no comitê e no grupo de trabalho (01:23:10) (01:44:18).

d) Demandas do Movimento Acriano de Pessoas em Situação de Rua (MAPSIR) Rudson da Silva Nunes, Coordenador do MAPSIR- leu uma carta ao comitê expondo a luta do movimento no Acre desde 2015, buscando políticas públicas sem discriminação (01:46:28). A carta critica a estrutura inadequada dos equipamentos de atendimento municipais em Rio Branco e a falta de escuta do movimento na implementação de políticas (01:48:42) (01:51:07). O MAPSIR exige a participação na construção das políticas, discute a fragilidade do Consultório de Rua e do Centro POP, e se opõe à saída do Centro POP do centro da cidade, onde a população de rua concentra suas atividades de subsistência (01:52:39). Exigências e Sugestões do MAPSIR ao Poder Público- reivindica dignidade, respeito e a criação de programas de inclusão social, como moradia, emprego e saúde, além do incentivo à autonomia. O movimento exige que o prefeito cumpra o plano Ruas Visíveis, com a participação da população de rua e de outros movimentos sociais. Sugere que a prefeitura de Rio Branco coloque pessoas comprometidas e com empatia para executar o plano, conforme a ADPF 976 do Supremo Federal (01:55:01). Rudson entregou a carta ao comitê, que será integrada à ata da reunião (Id's - INFORME Movimento População de Rua 01-2025 (2103303); -Recomendação Conjunta Mov Pop Rua e MAPSIR (2103304); -Recomendação Presidente do MNPR-ACRE (2103305), (01:56:20) (01:58:18).

e) Apresentação do Novo Ordenamento da Política Municipal- O Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos, João Márcio Pereira de Souza- agradeceu o convite e informou que na próxima reunião será feita a apresentação do novo ordenamento na política para a população em situação de rua de Rio Branco. Este documento também será juntado ao SEI como parte da reunião (01:58:18). Situação do Centro POP e Necessidade de Mudança- relatou que a explanação de Bruno os contempla, apesar da precariedade dos serviços atuais. Mencionou que o Centro POP atual não cumpre a política pública devido a problemas como a condenação do prédio pela Defesa Civil e a presença de pessoas que não são o público-alvo, dificultando o acesso da população em situação de rua (01:59:16). Há também graves problemas de segurança, incluindo venda de drogas

no local, sendo necessário o apoio do Ministério Público e da Polícia Militar (02:00:35). **Reordenamento do Serviço e Chamamento Público-** Por orientação do Ministério Público, realizou um chamamento público nas regiões do Castelo Branco, Bela Vista e Baixada da Sobral para encontrar um novo local para o Centro POP. A escolha dessa região se deve à proximidade de outros equipamentos públicos importantes, como restaurante popular, delegacia, CRAS, UPA e URAP. A nova política do Centro POP não prevê pernoite no local, funcionando como um escritório de acolhimento e encaminhamento (02:02:21). **f) Importância do Diálogo e da Escuta dos Movimentos Sociais-** a Doutora **Flávia Oliveira, Defensora Pública**, enfatizou a importância de olhar o problema da população em situação de rua de forma minuciosa e com a participação dos movimentos sociais. Ela questionou qual será o ponto de apoio para essa população no centro da cidade, caso o Centro POP seja transferido, considerando a conexão dessas pessoas com a localidade atual (02:06:16). O Senhor **Álvaro Mendes, da Secretaria Estado de Justiça e de Segurança Pública (SEJUSP)**, também reforçou a necessidade de ouvir os movimentos, pois eles conhecem as próprias necessidades e dificuldades (02:19:55). **Críticas à Forma de Mudança e Necessidade de Alternativas-** A Conselheira Naluh Gouveia expressou preocupação com a forma com que a mudança do Centro POP está sendo conduzida, defendendo a necessidade de ouvir as pessoas em situação de rua (02:10:44). Flávia Oliveira também criticou a ideia de acabar com o Centro POP sem ouvir os movimentos e sem apresentar alternativas claras para o atendimento no centro da cidade (02:08:38). Foi sugerido que se pense em soluções concretas e sustentáveis, considerando alternativas ao plano da prefeitura (02:28:10). **g) Criação e Funcionamento do Comitê Municipal** foi informado que o Comitê Municipal já foi publicado em Diário Oficial em 28 de abril e que os movimentos sociais farão parte desse comitê, sendo em breve chamados para a primeira reunião (02:01:29). O comitê tem como objetivo acompanhar e contribuir para o novo ordenamento dos serviços para a população em situação de rua (02:04:13) (02:24:47). **h) Parceria com a Iniciativa Privada e Outras Instituições-** Foi sugerido ao Dr. Giordane que convide a iniciativa privada, como a Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Acre (ACISA), para auxiliar no encaminhamento para oportunidades de trabalho (02:00:35). Álvaro Mendes mencionou o **Termo de Cooperação** entre a Secretaria de Segurança e a Secretaria de Assistência Social para trabalhar essa política (02:19:55). A participação de diversas instituições, como o Ministério Público e a Polícia Militar, também foi destacada como essencial (02:00:35). **i) Relato de Experiência de Pessoa em Situação de Rua- Baiano** compartilhou sua experiência de cerca de 30 anos em situação de rua e como o aluguel social e o apoio de diversas pessoas e instituições têm sido importantes em sua vida (02:49:23). Ele expressou sua gratidão pela oportunidade e confiança, mas também seus medos e desafios, como a renovação do aluguel social (02:50:10) (02:51:35). Baiano destacou a importância da união, do diálogo e do reconhecimento da humanidade das pessoas em situação de rua (02:54:26). **DELIBERAÇÃO: 1. Criação do Grupo de Trabalho para a Plataforma de Assistência-** foi decidido constituir um Grupo de Trabalho, com um máximo de dez integrantes, para a construção de uma Plataforma de Assistência para a População em Situação de Rua, havendo sido indicados: **Irailton Souza (TCE), Rudson (MAPISIR), Josemir Santos, o Baiano (PMNR), Dr.ª Flávia Oliveira (DPE), Alexsia Silva (SEASDH), Auricélia Souza (SEASDH), Thalles Costa (MPAC)** (02:30:58) (02:33:54). Representantes de diversos órgãos e da sociedade civil foram indicados para compor o grupo, incluindo o TCE-AC, Movimentos Sociais, Defensoria Pública e Secretaria de Estado da Social (02:30:58) (02:32:49). **2. Agendamento de Reuniões-** a primeira reunião do Grupo de Trabalho ficou agendada para o dia 26/05/2025, às 9 horas, no **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** (02:37:37). A próxima **Reunião do Comitê** ficou agendada para o dia 30/05/2025, 9 horas, na sede do Tribunal. Foi solicitado que se convidasse um representante da Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Acre (ACISA) para participar da reunião do dia 30 (02:29:57) (02:57:18). Os participantes foram convidados a enviarem sugestões para o Plano de Trabalho até o dia 23/05/2025 (02:38:55). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Doutor Giordane Dourado agradeceu a presença e contribuição dos participantes, ressaltando a produtividade do encontro e deu por encerrada a reunião, cuja Ata segue lavrada pelo Presidente dos trabalhos e pela Secretária. **Ata assinada digitalmente pelo presidente dos trabalhos - secretário (artigo 36 do RITJAC). Aplicação análoga – caput do artigo 25, da Resolução do CNJ nº 185, de 18/12/2013: “Art. 25. As atas e termos de audiência poderão ser assinados digitalmente apenas pelo presidente do ato, assim como o documento digital, no caso de audiências gravadas em áudio e vídeo, os quais passarão a integrar os autos digitais, mediante registro e termo.”*

Dr. Giordane Dourado
Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador do COMMI

Adalcilene Pinheiro Araripe
Secretária do COMMI

Participantes

1. Dr. **Giordane de Souza Dourado** (Coordenador do Comitê, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC))
2. Dr.^a **Andreia Brito** (Juíza de Direito, Membro do Comitê COMMI)
3. Dr. **Rodrigo Kobayashi** (Advogado da União, DPU-AC)
4. Dr. **Thalles Ferreora Costa** (Promotor de Justiça - MPAC)
5. Dr. **Vicente Ângelo Rego** (Juiz do Trabalho, TRT-14)
6. Dr. **Bruno de Almeida Carlos**, Presidente da Associação Beneficiente Comunitária do Povo (ABCP-SP)
7. Dr.^a **Flávia do N. Oliveira** (Defensora Pública, DPE)
8. Dr.^a **Luciana Ortiz** (Juíza Federal, TRF-3)
9. Conselheira **Dulce Benício** (Presidente do Tribunal de Contas do Acre, TCE)
10. **Naluh Gouveia** (Conselheira do Tribunal de Contas do Acre, TCE)
11. **Nilceia Santos** (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Acre, SEASDH)
12. **Adalcilene Pinheiro Araripe** (Secretária do Comitê COMMI)
13. **Alexsia Hohayanna S. da Soçva** (**Instituto de Administração Penitenciária do Acr**, IAPEN)
14. **Álvaro Augusto Andrade Mendes**, representante da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP)
15. **Auricélia da Silva Souza** (Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Acre, SEASDH)
16. **Elson Constâncio dos Santos** (Vice-Presidente do Bairro Castelo Branco)
17. **Isabelle Medeiros Pinho** (**Instituto de Administração Penitenciária do Acr**, IAPEN)
18. **João Márcio Pereira de Souza** (Presidente do Bairro Castelo Branco)
19. **João Marcos Luz** (**Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos do Município de Rio Branco**.SASDH)
20. **Josemir Alves dos Santos - Baiano** (Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua (MNPR))
21. **Miriane Teles** (Gerência de Comunicação do Tribunal de Justiça, GECOM)
22. **Rudson da Silva Nunes** (Movimento Acriano das Pessoas em Situação de Rua (MAPSIR))



Documento assinado eletronicamente por **Giordane de Souza Dourado, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 23/05/2025, às 08:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Adalcilene Pinheiro Araripe, Secretária**, em 23/05/2025, às 10:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2103239** e o código CRC **5E0004B1**.

Sistema Normativo do Poder Judiciário do Estado do Acre – Resolução do Tribunal Pleno Administrativo nº 166/2012

0002369-89.2025.8.01.0000

2103239v90